



**20
17**

**RELATÓRIO
E CONTAS**

ÍNDICE

Órgãos sociais	04
Relatório de gestão	05
01 Atividade	07
02 Indicadores económico-financeiros	07
03 <i>Marketing</i> e vendas	07
04 Operações	08
05 Técnica	08
06 Produtos	08
07 Recursos humanos	09
08 Inovação e gestão do conhecimento	09
09 Perspectivas para 2018	09
10 Aplicação de resultados	09
11 Nota final	10
Demonstrações financeiras	11

Anexo às demonstrações financeiras 2017	16
01 Identificação da entidade	17
02 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	17
03 Principais políticas contabilísticas	17
04 Fluxos de caixa	26
05 Partes relacionadas	26
06 Ativos fixos tangíveis	28
07 Ativos intangíveis	29
08 Inventários	30
09 Estado e outros entes públicos	31
10 Diferimentos	31
11 Instrumentos financeiros	31
12 Benefícios dos empregados	34
13 Instrumentos de capital próprio	34
14 Subsídios e outros apoios das entidades públicas	35
15 Rédito	35
16 Fornecimentos e serviços externos	36
17 Outros rendimentos	37
18 Outros gastos	37
19 Gastos/Reversões de depreciação	37
20 Juros e gastos similares suportados	38
21 Outras informações	38
22 Imposto sobre o rendimento	38
23 Acontecimentos após a data de balanço	38



**ÓRGÃOS
SOCIAIS**

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE DA MESA

Dr. Pedro Jácome da Costa Marques Henriques

SECRETÁRIA

Dr.ª Francisca José Silvestre Correia Dinis do Nascimento

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º João Maria Guimarães José de Mello (Presidente)

Dr. André Cabral Côrte-Real de Albuquerque (Vogal)

Dr. João Manuel Calado Da Silva

FISCAL ÚNICO

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.

SUPLENTE DO FISCAL ÚNICO

Dr. Luís Miguel Gonçalves Rosado



**RELATÓRIO DE GESTÃO
INDIVIDUAL**
EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Acionistas,

De acordo com o estipulado na Lei e nos Estatutos, vem o Conselho de Administração submeter à Assembleia Geral o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2017.

01 ATIVIDADE

Em 2017 assistiu-se a um crescimento das vendas e da produção, maioritariamente suportado pelo aumento da frequência de venda a um cliente da indústria dos refratários, e pelo início das vendas a um novo cliente, também do mesmo setor.

A par do aumento de vendas observou-se também uma estabilização da atividade produtiva, e um aumento das quantidades produzidas.

02 INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Em 2017 atingiu-se um valor de vendas de 319,5 milhares de euros, correspondendo a um crescimento de 280% face a 2016.

O Resultado Líquido foi negativo, no montante de 1.892,5 mil euros, traduzindo-se numa melhoria de 27% em comparação com o ano anterior.

À data de 31 de dezembro, o Capital Próprio era de 1.222,0 mil euros, o que representa um rácio de autonomia financeira de 17,1%

Até à data a atividade da Innovnano tem sido deficitária, tendo vindo a ser maioritariamente financiada pelo seu acionista. Em menor escala, a empresa tem também beneficiado de fundos disponibilizados no âmbito de Sistemas de Incentivo à Inovação, Investigação, e Desenvolvimento.

03 MARKETING E VENDAS

O volume de vendas de 2017 totalizou 12,6 toneladas, das quais 1 tonelada destinada aos EUA, 6,5 toneladas ao Japão, e 5,1 toneladas à UE. Em termos de produtos, destaca-se a zircónica monoclinica, com 11,6 toneladas.

No que toca à dinâmica de mercado, continua a observar-se um crescimento robusto na procura global por materiais cerâmicos técnicos, com taxas de crescimento em torno dos 7%, e uma predisposição por parte da indústria para acolher novos materiais que representem uma melhoria de performance ou a introdução de novas propriedades.

Ao nível do *marketing* manteve-se a abordagem centrada nos pilares *social & web media*, publicação de artigos técnicos e científicos, e presença em eventos da indústria, ações desenvolvidas em colaboração com uma entidade internacional especializada em *marketing*.

De entre os artigos publicados destacam-se os seguintes títulos:

- Ceramic Design – Innovative Processes for Advanced Composite Design, in AZO Materials
- Creating the Next-Generation of Ceramic Powders – Introducing Emulsion Detonation, in AZO Materials Synthesis (EDS)
- Developing a New, Stronger Form of Yttria-Stabilized Zirconia – 2YSZ, in AZO Materials
- A Novel Structural Ceramic with Enhanced Properties, in AZO Materials
- Ceramic Thermal Barrier Coatings with a Low Thermal Conductivity - YSZs, in AZO Materials
- Unique synthesis method for the production of a new structural ceramic material, in Ceramic Industry
- An alternative YSZ powder for structural ceramic applications, in Ceramic Applications & Ceramic Forum International

Quanto à presença em eventos da indústria, são de realçar as participações em:

- Ceramic Expo, Cleveland, EUA
- ECerS 2017, Budapeste, Hungria
- Surftec NRC, Montreal, Canadá
- Thermal Spray of Suspensions & Solutions Symposium (TS4), Albany, EUA

04 OPERAÇÕES

Nas operações destaque para o novo máximo de produção atingido na etapa de síntese, refletindo a maior estabilidade da operação, maior fiabilidade dos equipamentos, maior conhecimento do processo e maior experiência por parte das equipas de operadores.

Na etapa de processamento de pós introduziram-se diversas melhorias processuais que permitem aumentar a eficiência produtiva, tendo-se também reforçado a capacidade de tratamento térmico onde se encontra o principal fator limitativo em termos de capacidade produtiva.

De referir ainda a consolidação das atividades de manutenção, nomeadamente da manutenção preventiva, o que tornou possível o alargamento do intervalo entre paragens da principal instalação produtiva.

De uma forma geral, e da conjugação das referidas ações, resultou uma melhor eficiência na etapa de processamento de pós e o aumento do output mensal.

05 TÉCNICA

No plano técnico as prioridades centraram-se em quatro áreas fundamentais:

- Melhorias de eficiência na etapa de processamento de pós, com particular incidência na redução das perdas e no aproveitamento de algumas frações de produto antes desaproveitadas;
- Apoio ao *marketing* na preparação de diversos documentos de conteúdo técnico comercial como é o caso de artigos técnicos, fichas de produto, conteúdos para o *website*, ou diversas peças de *marketing* digital;
- Apoio na relação com clientes, em particular ao nível do aconselhamento quanto às condições adequadas de utilização;
- Melhorias no produto de modo a potenciar a sua utilização num leque mais alargado de aplicações e de condições de utilização.

06 PRODUTOS

O portefólio de produtos mantém-se centrado na zircónia, sendo os produtos fornecidos sob a forma de pó seco ou em suspensão, tendo como principais aplicações os materiais refratários, as barreiras térmicas e os cerâmicos estruturais.

07 RECURSOS HUMANOS

O número de colaboradores no final de 2017 era 31.

Como forma de aprofundar o conhecimento em áreas de interesse, manteve-se a prática anterior de realização de diferentes programas de estágio envolvendo as áreas de investigação e desenvolvimento.

08 INOVAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

No âmbito das atividades de inovação e gestão do conhecimento realizou-se um mapeamento dos parceiros mais relevantes para a organização, com o objetivo de promover o estreitamento das relações com essas “entidades” e de promover uma maior partilha de conhecimento.

De igual modo, realizaram-se sessões para discussão interna e partilha de lições aprendidas na gestão de projetos de I&D e Inovação, visando a disseminação de melhores práticas na gestão de projetos, as quais contaram com a apresentação e discussão de casos práticos de outras organizações e também com o envolvimento de oradores externos.

09 PERSPETIVAS PARA 2018

Para 2018 espera-se continuar a aumentar as vendas aos atuais clientes da indústria dos refratários, e a novos clientes na indústria dos cerâmicos estruturais, com particular destaque para a zircónia 2Y, produto em que a Innovnano se diferencia de forma significativa da oferta de mercado ao oferecer uma combinação de propriedades mecânicas única.

Ao nível do desenvolvimento de produto, pretende-se dar continuidade ao trabalho em curso para permitir a utilização da zircónia 2Y num conjunto mais abrangente de aplicações e de condições de utilização para o fabrico de peças cerâmicas de elevado desempenho mecânico.

Relativamente às operações, para lá da implementação de algumas melhorias já identificadas na etapa de síntese, espera-se reforçar a capacidade produtiva e a eficiência da etapa de processamento de pós, fundamental para melhorar a competitividade ao nível do custo de produção e para permitir aumentar a disponibilidade de produtos *ready to press* para clientes.

10 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social e ao Estado.

O Exercício saldou-se por um Resultado Líquido negativo de 1.892.469,49 euros.

Propõe-se que o Resultado apurado seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

11 NOTA FINAL

A Administração reitera o seu reconhecimento pelo envolvimento evidenciado pelos diferentes *stakeholders*, nomeadamente o empenho dos colaboradores no cumprimento da missão da empresa, bem como na prossecução da visão, e o apoio Acionista.

Lisboa, 29 de março de 2018

A hand holding a camera lens over a calculator keypad. The image is overlaid with a green and blue gradient. The calculator keypad has several buttons visible, including 'D', 'E', and 'F'.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 2017

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Quantias expressas em euros)

RUBRICAS	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	6	4 438 081	4 798 632
Ativos intangíveis	7	741 954	718 435
Outros ativos financeiros		3 907	2 436
Ativos por impostos diferidos	22	74 391	111 184
		5 258 333	5 630 687
ATIVO CORRENTE			
Inventários	8	978 140	428 871
Clientes	11.1	140 933	56 283
Estado e outros entes públicos	9	234 940	384 315
Outros créditos a receber	11.1	476 916	970 491
Diferimentos	10	48 157	13 690
Caixa e depósitos bancários	4	23 015	4 341
		1 902 102	1 857 991
Total do ativo		7 160 436	7 488 678
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	13.1	650 000	650 000
Outros instrumentos de capital próprio	13.3	15 650 000	13 650 000
Reservas legais	13.2	648	648
Outras reservas	13.2	2 258	2 258
Resultados transitados	13.2	(13 293 659)	(10 710 130)
Ajustamentos e outras variações nos capital próprio	13.4	105 242	114 387
Resultados líquidos do período	13.2	(1 892 469)	(2 583 529)
		1 222 019	1 123 634
Total do capital próprio		1 222 019	1 123 634
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	11.5	537 573	761 526
		537 573	761 526
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	11.1	291 778	250 920
Estado e outros entes públicos	9	44 259	46 186
Financiamentos obtidos	11.5	223 953	458 282
Outras dívidas a pagar	11.1	4 840 853	4 848 131
		5 400 844	5 603 519
Total do passivo		5 938 417	6 365 045
Total do capital próprio e passivo		7 160 436	7 488 678

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2017

(Quantias expressas em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
Vendas e serviços prestados	15	319 454	84 093
Subsídios à exploração	14	3 945	107 517
Variação nos inventários da produção	8.2	387 780	278 310
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.3	(531 525)	(476 796)
Fornecimentos e serviços externos	16	(813 760)	(941 882)
Gastos com o pessoal	12	(1 271 104)	(1 473 031)
Imparidade de inventários	8.3	163 526	(310 089)
Aumentos/reduções de justo valor		(218)	-
Outros rendimentos	17	37 340	59 722
Outros gastos	18	(149 594)	(114 985)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		(1 854 157)	(2 787 141)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	19	(443 529)	(502 194)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		(2 297 686)	(3 289 335)
Juros e gastos similares suportados	20	(23 546)	(30 781)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(2 321 233)	(3 320 115)
Impostos sobre o rendimento do período	22	428 763	736 587
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(1 892 469)	(2 583 529)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO 2017

Período findo em 31 de dezembro de 2017

(Quantias expressas em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO (NOTA 13.1)	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 13.3)	RESERVAS LEGAIS (NOTA 13.2)	OUTRAS RESERVAS (NOTA 13.2)	AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIÁVEIS NO CAPITAL PRÓPRIO (NOTAS 13.4 e 14)	RESULTADOS TRANSITADOS (NOTA 13.2)	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (NOTA 13.2)	TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	650 000	11 150 000	648	2 258	123 505	(8 256 247)	(2 453 884)	1 216 281
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Subsídios						(9 118)			(9 118)
	2	-	-	-	-	(9 118)	-	-	(9 118)
Resultado líquido do período	3							(2 583 529)	(2 583 529)
Resultado integral	4=2+3							(2 583 529)	(2 592 647)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Prestações suplementares			2 500 000						2 500 000
	5	-	2 500 000	-	-	-	-	-	2 500 000
APLICAÇÃO DE RESULTADOS									
Constituição da reserva legal								-	-
Transferência de resultados do exercício para resultados transitados				-			(2 453 884)	2 453 884	-
	6	-	-	-	-	-	(2 453 884)	2 453 884	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	7=1+2+3+5+6	650 000	13 650 000	648	2 258	114 387	(10 710 130)	(2 583 529)	1 123 634
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	7	650 000	13 650 000	648	2 258	114 387	(10 710 130)	(2 583 529)	1 123 634
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Subsídios						(9 145)			(9 145)
	8	-	-	-	-	(9 145)	-	-	(9 145)
Resultado líquido do período	9							(1 892 469)	(1 892 469)
Resultado integral	10=8+9							(1 892 469)	(1 901 614)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Prestações suplementares			2 000 000						2 000 000
	11	-	2 000 000	-	-	-	-	-	2 000 000
APLICAÇÃO DE RESULTADOS									
Transferência de resultados do exercício para resultados transitados						(2 583 529)	2 583 529	-	-
	12	-	-	-	-	(2 583 529)	2 583 529	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	13=8+9+11+12	650 000	15 650 000	648	2 258	105 242	(13 293 659)	(1 892 469)	1 222 019

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2017

(Quantias expressas em euros)

RUBRICAS	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO			
Recebimentos de clientes		244 864	60 612
Pagamentos a fornecedores		(1 711 793)	(1 772 874)
Pagamentos ao pessoal		(1 128 489)	(1 230 496)
Caixa gerada pelas operações		(2 595 419)	(2 942 758)
Outros recebimentos/pagamentos		183 240	(106 618)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		(2 412 179)	(3 049 375)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(64 450)	(210 564)
Ativos intangíveis		(29 822)	(76 593)
		(94 271)	(287 157)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		3 945	107 517
		3 945	107 517
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		(90 327)	(179 640)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 143 435	1 770 241
Outras operações de financiamento		2 986 816	3 266 920
		5 130 251	5 037 161
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 601 717)	(1 810 690)
Juros e gastos similares		(7 354)	(15 307)
		(2 609 071)	(1 825 997)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		2 521 180	3 211 164
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		18 674	(17 851)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4 341	22 192
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	23 015	4 341



**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS 2017**

01 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A INNOVNANO – Materiais Avançados, S.A., foi constituída em 29 de outubro de 1992 com a denominação social de Neofisa – Serviços Financeiros, S.A. e tinha como objeto social a elaboração de estudos, implementação de projetos de investimento e a prestação de serviços financeiros. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa alterou a sua designação e o seu objeto social para Metoxid – Óxidos Metálicos, S.A. e, desde maio de 2009, a Empresa alterou a sua designação e o seu objeto social. Atualmente com sede em Coimbra, tem como objeto social a produção e comercialização de materiais avançados, designadamente de dimensão micro e nanométrica e suas aplicações, bem como a prestação de serviços de caracterização e consultadoria na área dos materiais avançados. Para o desenvolvimento da atividade social, a sociedade pode adquirir ou ceder tecnologia, realizar e operar unidades de investigação, desenvolvimento e demonstração de processos ou tecnologias e promover ou participar em registos da propriedade industrial.

A empresa-mãe da INNOVNANO denomina-se CUF – Companhia União Fabril, SGPS, S.A., com sede em Portugal.

02 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

03 PRINCIPAL POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 – BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

3.2 – OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

(A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

A Empresa adotou o custo considerado na mensuração dos ativos fixos tangíveis em referência a 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), nos termos da isenção permitida pela NCRF 3 – Adoção pela Primeira vez das NCRF. A Empresa adotou como custo considerado o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior referencial contábilístico (POC), o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Com exceção dos terrenos que não são depreciables, os ativos fixos tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta. As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

	2017	2016
Edifícios e outras construções	5,00% - 8,00%	5,00% - 8,00%
Equipamento básico	12,5% - 25,00%	12,5% - 25,00%
Equipamento administrativo	16,67% - 33,33%	16,67% - 33,33%

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização”.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são depreciados no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contábilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

No final de cada ano é avaliada qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade que, se existir, é reconhecida nos resultados do exercício.

(B) ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas. Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade. Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização”.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) ativos fixos tangíveis.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta. As taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

	2017	2016
Projetos de desenvolvimento	20,00% - 33,33%	20,00% - 33,33%
Propriedade industrial	20,00% - 33,33%	20,00% - 33,33%
Outros ativos fixos intangíveis	20,00% - 33,33%	20,00% - 33,33%

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

(B.1) PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Os custos de pesquisa são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando a Empresa pode demonstrar:

- A exequibilidade técnica de completar o ativo intangível de forma a que fique disponível para uso ou venda;
- A sua intenção para completar e que reúne condições para usar ou vender o ativo;
- Como o ativo irá gerar benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de recursos para completar o ativo;
- A capacidade de medir fiavelmente o dispêndio durante o desenvolvimento.

(B.2) PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização.

A amortização é efetuada no período de utilização exclusiva de cada patente.

(C) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

(C.1) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

(C.2) IMPOSTO CORRENTE

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a Empresa. A Empresa encontra-se englobada no Regime Especial de Tributação do Grupo de Sociedades (RETGS) liderado pela José de Mello Capital, S.A.

(D) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os ativos financeiros não incluídos nas alíneas atrás e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avalia a imparidade destes ativos. Sempre que exista uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, ofereceu ao devedor concessões que de outro modo não considerariam;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere significativamente daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros:

(D.1) ACIONISTAS

Os empréstimos a acionistas não vencem juros nem têm implícito qualquer tipo de juro, pelo que são apresentados pelo respetivo valor nominal, na rubrica de Outros créditos a receber, deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

(D.2) CLIENTES

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Serviços prestados sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

(D.3) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os outros créditos a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Pessoal – ao custo menos imparidade;
- Devedores por acréscimos de rendimentos – ao custo;
- Outros devedores – ao custo menos imparidade;

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

(D.4) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a

menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida – ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “financiamentos obtidos”.

(E) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(F) DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

(G) RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

(G.1) RESERVAS LEGAIS

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

(G.2) OUTRAS RESERVAS

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas nos termos dos anteriores PCGA e as efetuadas na data de transição, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica Excedentes de Revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Inclui também as reservas que resultam da revalorização efetuada na data de transição, as quais só estão disponíveis para distribuição depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

(G.3) RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas e os ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros, investimentos financeiros e propriedades de investimento que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(G.4) AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Esta rubrica inclui ajustamentos para o justo valor em ativos financeiros como por exemplo variações no justo valor de derivados de cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura, que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os

elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

Inclui também os ajustamentos relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial, nomeadamente a apropriação das variações nos capitais próprios das participadas e lucros não atribuídos.

Relativamente às outras variações no capital próprio, incluem:

(g.4.1) Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos de impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a Empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem i.e. amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

(H) PROVISÕES

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da Empresa provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num refluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

(I) GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

(I.1) FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

(J) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

(J.1) FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Estas rubricas são mensuradas ao custo.

(J.2) ACIONISTAS

Os empréstimos de acionistas não vencem juros nem têm implícito qualquer tipo de juro, pelo que são apresentados pelo respetivo valor nominal, na rubrica de Outras Dívidas a pagar, deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos na alínea I).

(L) VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e os serviços prestados são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e dos serviços prestados.

(L.1) VENDAS

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

(L.2) SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito dos serviços prestados é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

(M) SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a Empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

(N) JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (SWAP).

Os custos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida com o final da produção ou da construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

(O) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade e por conseguinte não são reconhecidos. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - » Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - » A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(P) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.3 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS UTILIZADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração da Empresa utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são como segue:

(A) VIDA ÚTIL DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são essenciais para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

(B) IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

(C) PROVISÕES PARA IMPOSTOS

A Empresa, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

(D) CUSTOS DE DESENVOLVIMENTO

Os custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica, normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um produto alcançou um marco de acordo com o modelo de projeto estabelecido pelo Conselho de Administração. Na determinação das quantias a serem capitalizadas o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

(E) IMPARIDADE DOS CRÉDITOS A RECEBER

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(F) PROVISÕES

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.4 – PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Apesar dos resultados negativos dos últimos períodos, não foram identificadas pela administração situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

3.5 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

3.6 – ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram algumas alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

Da aplicação destas normas e interpretações não ocorreram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

04 FLUXOS DE CAIXA

A 31 de dezembro de 2017 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

O saldo de Caixa e seus Equivalentes constante da Demonstração de Fluxos de Caixa decompõem-se da seguinte forma:

	31/12/2016	DÉBITOS	CRÉDITOS	31/12/2017
Caixa	3 288	27 808	27 912	3 185
Depósitos à ordem	1 053	6 505 970	6 487 192	19 830
	4 341	6 533 778	6 515 104	23 015

05 PARTES RELACIONADAS

5.1 – RELACIONAMENTOS COM A EMPRESA-MÃE

A Empresa é detida a 100% pela CUF – Companhia União Fabril, S.G.P.S., S.A. sendo as suas Demonstrações Financeiras consolidadas na CUF – Consultadoria e Serviços, S.A.

A empresa-mãe controladora final é a José de Mello Capital, S.A., na qual a CUF – Consultadoria e Serviços, S.A. apresenta as suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

5.2 – REMUNERAÇÕES DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

As remunerações do pessoal-chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2017	2016
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	305 639	370 639
Total de remunerações	305 639	370 639

5.3 – TRANSAÇÕES EM PARTES RELACIONADAS

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

PARTE RELACIONADA	NATUREZA DO RELACIONAMENTO (SERVIÇOS QUE PRESTA / TRANSAÇÕES QUE FAZ)	NATUREZA DO RELACIONAMENTO (SERVIÇOS QUE RECEBE / TRANSAÇÕES QUE RECEBE)
Empresa mãe: CUF – SGPS, S.A.	-	Despesas por conta/Apoio de Tesouraria
Outras partes relacionadas:	-	-
CUF – Químicos Industriais, S.A.	-	Débitos/despesas por conta
CUF – Consultadoria e Serviços, S.A.	Débitos/despesas por conta/RETGS	Débitos/despesas por conta/RETGS
RENOESTE – Valorização de Recursos Naturais, S.A.	-	Cedência de pessoal

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as transações com partes relacionadas foram as seguintes:

EMPRESAS	2017	
	COMPRAS BENS / SERVIÇOS	
CUF – Químicos Industriais, S.A.		3 924
		3 924

EMPRESAS	2016	
	COMPRAS BENS / SERVIÇOS	
RENOESTE – Valorização de Recursos Naturais, S.A.		847
CUF – Químicos Industriais, S.A.		2 259
		3 107

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos com partes relacionadas eram os seguintes:

EMPRESAS	2017		
	ATIVO	PASSIVO	
	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (NOTA 11.2)	FORNECEDORES (NOTA 11.3)	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (NOTA 11.4)
CUF – SGPS, S.A.	-	-	4 704 187
CUF – Consultadoria e Serviços, S.A.	465 556	6 081	-
CUF – Químicos Industriais, S.A.	-	7 702	-
	465 556	13 784	4 704 187

EMPRESAS	2016		
	ATIVO	PASSIVO	
	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (NOTA 11.2)	FORNECEDORES (NOTA 11.3)	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (NOTA 11.4)
CUF – SGPS, S.A.	-	-	4 654 187
CUF – Consultadoria e Serviços, S.A.	965 669	634	28 853
CUF – Químicos Industriais, S.A.	-	2 236	-
RENOESTE – Valorização de Recursos Naturais, S.A.	-	58	-
	965 669	2 928	4 683 039

06 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade e a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações encontra-se detalhada no quadro seguinte:

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS	SUBTOTAL	INVESTIMENTOS EM CURSO	TOTAL ATIVOS TANGÍVEIS
CUSTO									
1 JANEIRO DE 2016	1 130 519	1 587 952	4 157 457	1 284	68 807	251 750	7 197 769	8 492	7 206 261
Aumentos	-	-	189 792	-	1 724	33 433	224 949	(115)	224 833
Transferências	-	-	8 377	-	-	-	8 377	(8 377)	-
31 DEZEMBRO 2016	1 130 519	1 587 952	4 355 626	1 284	70 530	285 183	7 431 094	-	7 431 094
Aumentos	-	1 971	12 310	-	2 349	4 855	21 484	55 191	76 675
31 DEZEMBRO 2017	1 130 519	1 589 923	4 367 936	1 284	72 879	290 037	7 452 578	55 191	7 507 769
DEPRECIACIONES E IMPARIDADES									
1 JANEIRO DE 2016	-	160 457	1 737 648	743	37 535	198 114	2 134 497	-	2 134 497
Depreciações (Nota 19)	-	41 457	430 423	214	8 019	17 853	497 966	-	497 966
31 DEZEMBRO 2016	-	201 913	2 168 070	957	45 554	215 968	2 632 462	-	2 632 462
Depreciações (Nota 19)	-	41 604	367 445	144	8 225	19 808	437 226	-	437 226
31 DEZEMBRO 2017	-	243 518	2 535 516	1 100	53 780	235 775	3 069 688	-	3 069 688
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO									
A 31 DEZEMBRO 2017	1 130 519	1 346 405	1 832 420	183	19 099	54 262	4 382 890	55 191	4 438 081
A 31 DEZEMBRO 2016	1 130 519	1 386 039	2 187 556	327	24 976	69 215	4 798 632	-	4 798 632
A 1 JANEIRO 2016	1 130 519	1 427 495	2 419 809	541	31 271	53 636	5 063 272	8 492	5 071 764

Conforme evidenciado no quadro acima a depreciação do período ascendeu a 437 milhares de euros (2016: 498 milhares de euros) e a depreciação acumulada no final do período ascendeu a 3.070 milhares de euros (2016: 2.632 milhares de euros).

07 ATIVOS INTANGÍVEIS

A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada e a reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostra separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações encontram-se no quadro seguinte:

	PROJETOS DE DESENVOLV.	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS	TOTAL ATIVOS INTANGÍVEIS
CUSTOS					
1 JANEIRO DE 2016	9 620	2 500	549 946	563 050	1 125 115
Aquisições		6 600	69 993	-	76 593
31 DEZEMBRO 2016	9 620	9 100	619 939	563 050	1 201 708
Aquisições	-		29 822		29 822
31 DEZEMBRO 2017	9 620	9 100	649 760	563 050	1 231 530

	PROJETOS DE DESENVOLV.	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS	TOTAL ATIVOS INTANGÍVEIS
AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE					
1 JANEIRO DE 2016	267	347	-	478 430	478 430
Amortizações (Nota 19)	3 207	1 022	-		4 229
31 DEZEMBRO 2016	3 474	1 369	-	478 430	483 273
Amortizações (Nota 19)	3 207	3 096	-		6 303
31 DEZEMBRO 2017	6 681	4 465	-	478 430	489 575
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO					
A 31 DEZEMBRO 2017	2 939	4 635	649 760	84 620	741 954
A 31 DEZEMBRO 2016	6 146	7 731	619 939	84 620	718 435
A 1 JANEIRO 2016	9 353	2 153	549 946	84 620	646 686

Conforme evidenciado no quadro acima a amortização acumulada no final do período ascendeu a 490 milhares de euros (2016: 483 milhares de euros).

08 INVENTÁRIOS

8.1 – INVENTÁRIOS

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
VALOR BRUTO		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	267 351	261 913
Produtos acabados e intermédios	1 041 417	661 111
	1 308 768	923 024
PERDAS POR IMPARIDADE		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	(23 846)
Produtos acabados e intermédios	(330 627)	(470 307)
	(330 627)	(494 153)
	978 140	428 871

8.2 – VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2016	414 499
Regularizações	(31 699)
Variação da produção	278 310
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	661 111
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2017	661 111
Regularizações	(7 474)
Variação da produção	387 780
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1 041 417

8.3 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
EXISTÊNCIAS EM 1 DE JANEIRO DE 2016	233 900
Compras	504 809
Regularização de inventários	-
EXISTÊNCIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	261 913
Custo da mercadoria vendida e da matéria consumida	476 796
EXISTÊNCIAS EM 1 DE JANEIRO DE 2017	261 913
Compras	629 624
Regularização de inventários	(92 662)
EXISTÊNCIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	267 351
Custo da mercadoria vendida e da matéria consumida	531 525

A quantia de ajustamento e reversões de inventários reconhecida como um gasto e como redução do período encontra-se no quadro seguinte:

2017	SALDO INICIAL	RESULTADOS	SALDO FINAL
PERDAS POR IMPARIDADE			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(23 846)	23 846	-
Produtos acabados e intermédios	(470 307)	139 680	(330 627)
	(494 153)	163 526	(330 627)

2016	SALDO INICIAL	RESULTADOS	SALDO FINAL
PERDAS POR IMPARIDADE			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(23 425)	(420)	(23 846)
Produtos acabados e intermédios	(160 639)	(309 669)	(470 307)
	(184 064)	(310 089)	(494 153)

09 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica decompõe-se do seguinte modo:

	31/12/2017	31/12/2016
SALDO A RECEBER		
IVA	234 940	384 315
	234 940	384 315
SALDO A PAGAR		
Retenções imposto sobre rendimento	19 659	20 969
Contribuição para a Segurança Social	24 601	25 217
	44 259	46 186

10 DIFERIMENTOS

10.1 – GASTOS A RECONHECER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
GASTOS A RECONHECER		
Seguros	48 157	13 690
	48 157	13 690

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas na alínea d) do parágrafo 3.2.

11.1 – RUBRICAS DE BALANÇO ABRANGIDAS PELAS DIVULGAÇÕES DA PRESENTE NOTA

	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO CORRENTE		
Cientes (Nota 11.2)	140 933	56 283
Outros créditos a receber (Nota 11.2)	476 916	970 491
	617 849	1 026 775

	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores (Nota 11.3)	291 778	250 920
Outras dívidas a pagar (Nota 11.4)	4 840 853	4 848 131
	5 132 632	5 099 051

11.2 – CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada são os indicados nos quadros seguintes:

	31/12/2017			31/12/2016		
	MONTANTE BRUTO	IMPARIDADE ACUMULADA	MONTANTE LÍQUIDO	MONTANTE BRUTO	IMPARIDADE ACUMULADA	MONTANTE LÍQUIDO
CLIENTES						
Cientes c/c	140 933	-	140 933	56 283	-	56 283
Cientes Grupo (Nota 5.3)	-	-	-	-	-	-
	140 933	-	140 933	56 283	-	56 283
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER						
Outros credores c/c	11 024	-	11 024	3 424	-	3 424
Outros credores Grupo (Nota 5.3)	465 556	-	465 556	965 669	-	965 669
Fornecedores – diferenças de câmbio	66	-	66	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	270	-	270	1 398	-	1 398
	476 916	-	476 916	970 491	-	970 491
	617 849	-	617 849	1 026 775	-	1 026 775

Antiguidade de saldos de clientes

	TOTAL	DÍVIDA NÃO VENCIDA	DÍVIDA VENCIDA			
			< 3 MESES	3 - 6 MESES	6 - 9 MESES	> 24 MESES
Ano 2017	140 933	44 007	49 269	29 872	17 785	-
Ano 2016	56 283	11 355	44 118	750	-	61

11.3 – FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada como se segue:

	31/12/2017	31/12/2016
FORNECEDORES		
Fornecedores c/c	264 213	234 909
Fornecedores Grupo (Nota 5.3)	13 784	2 928
Facturas em recepção e conferência	13 782	12 951
Diferenças de câmbio	-	132
	291 778	250 920

11.4 – OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outras dívidas a pagar apresentava a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
CORRENTE		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	-	8 898
Credores por acréscimos de gastos		
Acréscimo para férias e subsídio de férias	101 608	95 185
Outros acréscimos	1 540	-
Fornecedores de Investimento	2 384	21 239
Outros	31 135	39 769
Outros credores grupo (Nota 5.3)	4 704 187	4 683 039
	4 840 853	4 848 131

11.5 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de financiamentos obtidos apresentava a seguinte composição:

ENTIDADES FINANCIADORA	2017		2016	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS AO CUSTO				
Conta caucionada	-	-	458 282	-
Outros financiadores – AICEP	223 953	537 573	-	761 526
	223 953	537 573	458 282	761 526

12 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1 – GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	305 639	370 639
Remunerações do pessoal	671 429	761 869
Outros benefícios	(19 077)	12 628
Indemnizações	1 756	547
Encargos sobre remunerações	208 430	221 830
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	15 138	12 773
Gastos de ação social	79 502	80 993
Outros gastos com o pessoal	8 287	11 753
	1 271 104	1 473 031

Durante os exercícios de 2017 e 2016 o número médio de pessoal ao serviço foi de 31 e 32 colaboradores, respetivamente.

13 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

13.1 – CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 130.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

13.2 – RESERVAS E RESULTADOS

As quantias das reservas e resultados transitados não se encontram disponíveis para distribuição.

13.3 – OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

As quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço são as indicadas no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO		
Prestações suplementares	15 650 000	13 650 000
	15 650 000	13 650 000

13.4 – AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica de Ajustamentos / outras variações no capital próprio à data de balanço diz respeito a subsídios do AICEP, conforme descrito na Nota 14.

14 SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento dos subsídios, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras encontram-se descritas no parágrafo 3.2.

A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se no quadro seguinte:

Reconhecidos em Capital Próprio:

	2017			2016		
	VALOR BRUTO	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	VALOR LÍQUIDO
SALDO INICIAL	147 596	(33 209)	114 387	159 362	(35 856)	123 505
Recebidos durante o ano	21 789	-	21 789	-	-	-
Transferidos para resultados	(33 588)	2 655	(30 933)	(11 766)	2 647	(9 118)
Ajustamento	-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL	135 796	(30 554)	105 242	147 596	(33 209)	114 387

Reconhecidos em Resultados do Ano:

	2017	2016
Subsídios ao investimento (Nota 17)	33 588	11 766
Subsídios à exploração	3 945	107 517
	37 533	119 283

15 RÉDITO

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem serviços prestados encontram-se descritos na alínea l) do parágrafo 3.3.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de Vendas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
VENDA DE MERCADORIAS		
Produtos acabados e intermédios	323 924	82 961
Descontos e abatimentos em vendas	(5 971)	(368)
	317 954	82 593
SERVIÇOS PRESTADOS		
Serviços	1 500	1 500
	319 454	84 093

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
SUBCONTRATOS	-	2 736
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		
Trabalhos especializados	246 597	296 973
Publicidade e propaganda	7 429	7 154
Vigilância e segurança	844	4 424
Honorários	250	300
Conservação e reparação	114 637	169 998
Serviços comerciais	52 404	52 404
MATERIAIS		
Ferramentas e utensílios	9 528	7 219
Livros e documentação técnica	6 123	6 638
Material de escritório	13 670	10 113
Jornais e revistas	505	2
Géneros alimentares	-	53
Artigos para oferta	215	253
Outros	26 888	28 416
ENERGIA E FLUIDOS		
Eletricidade	102 666	105 932
Combustíveis	19 796	19 593
Água	13 728	10 186
Outros fluidos		-
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES		
Deslocações e estadas	51 679	65 914
Transportes de mercadorias	19 050	6 930
Transportes - outros	1 149	7 326
SERVIÇOS DIVERSOS		
Rendas e alugueres	43 944	57 347
Comunicação	4 764	7 439
Seguros	46 877	47 776
Contencioso e notariado	427	105
Despesas de representação	9 713	12 480
Limpeza, higiene e conforto	14 219	13 879
Outros	6 658	290
	813 760	941 882

17 OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Rendimentos suplementares	2 400	7 508
Descontos de pronto pagamento obtidos	2	2
Ganhos em inventários	457	36 372
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	395	1 961
Excesso de estimativa para impostos	-	856
Imputação de subsídios para investimentos (Nota 14)	33 588	11 766
Diferenças de câmbio operacionais	498	747
Outros não especificados	-	510
	37 340	59 722

18 OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Impostos	3 112	2 844
Dívidas incobráveis		-
Perdas em inventários	96 307	63 370
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	6 076	3 824
Quotizações	7 840	8 300
Ofertas e amostras de inventário	4 286	4 700
Diferenças de câmbio operacionais	1 625	1 160
Outros	30 348	30 786
	149 594	114 985

19 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO		
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	(437 226)	(497 966)
Ativos intangíveis (Nota 7)	(6 303)	(4 229)
	(443 529)	(502 194)

20 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
JUROS SUPOSTADOS		
De financiamentos obtidos		
Ao custo	11 180	16 499
OUTROS GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		
De financiamentos obtidos	11 547	14 282
Imposto selo de financiamento	819	-
	23 546	30 781

21 OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 – GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

ENTIDADES	2017	2016
IAPMEI	210 351	210 351
	210 351	210 351

22 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
IMPOSTO CORRENTE		
IRC do ano	20 097	28 853
IMPOSTO DIFERIDO		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	246 809	(765 439)
Prejuízo fiscal	(695 669)	-
	(448 860)	(765 439)
	(428 763)	(736 587)

O valor do imposto diferido calculado sobre o prejuízo fiscal não fica evidenciado na rubrica de balanço, uma vez que a empresa se encontra no RETGS e como tal os valores passam a ser refletidos nas rubricas de saldos intra-grupo.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	BASE DE IMPOSTO	
	2017	2016
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(2 321 233)	(3 320 115)
Variações patrimoniais negativas	-	-
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	(487 459)	(697 224)
PROVEITOS NÃO TRIBUTÁVEIS		
Benefícios fiscais	3 920	848
Correções relativas a períodos anteriores	395	1 961
Excesso de estimativa para impostos	-	856
	4 315	3 665
CUSTOS NÃO DEDUTÍVEIS PARA EFEITOS FISCAIS		
Despesas confidenciais	524	1 224
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor	218	-
Correções relativas a exercícios anteriores	6 076	3 824
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	4 510	4 510
Encargos com combustíveis	1 583	1 513
	12 912	11 070
Lucro tributável	(2 312 636)	(3 312 710)
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21%	21%
Imposto calculado	-	-
Tributação autónoma	20 097	28 853
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(448 860)	(765 439)
	(428 763)	(736 587)
Imposto sobre o rendimento	(428 763)	(736 587)

A taxa de imposto aplicável utilizada na reconciliação do quadro acima está de acordo com as taxas em vigor em Portugal.

As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados são as indicadas no quadro seguinte:

	CONTAS BALANÇO		CONTAS DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS		OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS						
Diferenças temporárias:						
Imparidades de inventários	74 391	111 184	(36 793)	69 770	-	-
	74 391	111 184	(36 793)	69 770	-	-

23 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não foram recebidas novas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.



CHALLENGE OUR INNOVATION